



Observatório de Política Exterior do Brasil

**– Informe de Política Externa Brasileira –
Nº 87
Maio - 2017**

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação temático executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Franca.

Em seu Informe mensal, o Observatório de Política Externa Brasileira destina-se a analisar a cobertura dada pelas revistas semanais *Carta Capital* e *Veja*, e pelos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Valor Econômico* e *Zero Hora*, mais especificamente pelos seus editoriais. Partindo-se do princípio de que esses veículos são formadores de opinião pública e representantes de posicionamentos político-ideológicos distintos, justifica-se verificar qual a visão que divulgam a respeito das ações do governo brasileiro no que tange a sua política externa. A metodologia utilizada para a realização dessa análise será a leitura minuciosa das reportagens e posterior cotejamento das mesmas a fim de identificar as diferentes percepções dessa política de Estado. Em um segundo momento, uma breve análise da conduta brasileira no âmbito internacional será feita à luz das Relações Internacionais.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e em 2011 ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo congresso.

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias; Prof. Dr. Eduardo Mei.

Doutorandos pelo PPGRI San Tiago Dantas (Unesp – Unicamp – PUC/SP): Giovanna Ayres Arantes de Paiva; José Augusto Zague; Lívia Peres Milani; Luiza Elena Januário.

Mestrandos pelo PPGRI San Tiago Dantas (Unesp – Unicamp – PUC/SP): Adriane Gomes Fernandes de Almeida; Bruce Roberto Scheidl Campos; Camila Gomes de



Observatório de Política Exterior do Brasil

Assis; Jonathan de Araujo de Assis; Julia de Souza Borba Gonçalves; Kimberly Alves Digolin.

Graduados em Relações Internacionais pela UNESP/ Franca: Camila Oliveira Santana; Thiago Eizo Coutinho Maeda.

No mês de maio, a imprensa brasileira abordou a proposta venezuelana de realizar uma nova Constituinte e o que ela representa no panorama da crise política e econômica do país. O jornal *O Estado de S. Paulo* tratou também do apoio de alguns deputados brasileiros ao governo de Nicolás Maduro, bem como as diferenças de posicionamento da diplomacia brasileira em relação ao assunto, nos governos Lula-Dilma e Temer. Ademais, a nova Lei de Migração e suas repercussões foram destacadas pelo mesmo jornal.

Nova Constituinte venezuelana

No dia 4 de maio, o *Valor Econômico* afirmou que o plano do governo Maduro de criar uma Constituinte “cidadã” representa novo golpe à democracia. Segundo o editorial, desde que a Assembleia Nacional foi ocupada por maioria oposicionista, o governo vem tentando erodir as vias democráticas do país: primeiramente, a Corte Constitucional declarou a Assembleia “em desacato” e passou a legislar em seu lugar; depois, foram canceladas as eleições municipais e estaduais. Por outro lado, o governo não tem mais capacidade política de se sustentar, ainda que busque medidas como a utilização de militares no âmbito econômico para organizar e vigiar o abastecimento, a realização de reajustes no salário mínimo, para ajustar a economia, e o aumento das milícias civis armadas, com o objetivo de combater problemas na segurança. Para o jornal, essa nova Constituinte é uma tentativa de substituir a Assembleia Nacional que, no entanto, ao invés de debelar a crise, pode torná-la mais aguda e desencadear um golpe patrocinado pelos militares.



Observatório de Política Exterior do Brasil

No dia 6 de maio, o editorial da *Folha de S. Paulo* também apontou que a nova Constituinte se configurava como tentativa de Maduro permanecer no poder e que, apesar do discurso do presidente representá-la como popular, trata-se de um golpe às instituições democráticas. Segundo o editorial, a Constituinte não seria eleita por meio do voto universal e sua composição favoreceria a formação de uma linha de frente do chavismo. De acordo com o jornal, o governo venezuelano representa o fracasso do chamado socialismo do século XXI, visto que o país enfrenta grave crise econômica e política, manifestada no crescente empobrecimento da economia, na falta de alimentos, energia elétrica e medicamentos e na perda de apoio político em lugares que, até então, eram considerados bastiões do chavismo. A *Folha de S. Paulo* argumenta que, em vez de reconhecer a derrota, Maduro segue na busca de encontrar meios de permanecer no poder. Por outro lado, não há muitas alternativas de ajuda da comunidade internacional e uma intervenção militar está fora de cogitação. De acordo com o editorial, é necessário esperar a decisão dos venezuelanos sobre quando e com quais meios se livrarão do governo atual.

No dia 8 de maio, o editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* apresentou críticas às manifestações de deputados do Partido dos Trabalhadores (PT) a favor do governo de Nicolás Maduro. De acordo com o jornal, esses deputados defendem a versão da existência de um golpe no Brasil e que o governo de Michel Temer é uma ditadura, porém apoiam, contraditoriamente, a manutenção do governo ditatorial de Maduro e afirmam que há um terrorismo na América Latina, financiado pelo imperialismo, para derrubar governos populares. Para o jornal, é grave que pessoas que se intitulam defensores da democracia manifestem solidariedade a um governo que está retirando direitos básicos dos cidadãos, que reprime protestos e prende seus opositores. Segundo o editorial, durante a diplomacia "lulopetista", ditadores como Maduro eram tratados de modo cordial por simplesmente se posicionarem contra os Estados Unidos, postura que foi abandonada pelos novos governos do Brasil e da Argentina, isolando o chavismo, o qual só encontra apoio em figuras como os deputados petistas, que entendem que democracia e direitos humanos valem apenas para seus pares.

É possível observar que os jornais buscam caracterizar todas as ações do governo venezuelano como práticas de governos ditatoriais. A proposta de nova



Observatório de Política Exterior do Brasil

Constituinte é, para os jornais, mais uma tentativa de Maduro permanecer no poder e que, embora busque abarcar diversas classes sociais na sua elaboração, ainda se configura como um atentado à democracia. Por outro lado, nenhuma dessas práticas é comparada com o que vem ocorrendo no Brasil: o editorial de *O Estado de S. Paulo* sobre o posicionamento dos deputados petistas apresenta o comportamento destes como contraditório ao apoiar um governo, em sua visão, ditatorial, e condenar o impeachment de Rousseff, o que, para o jornal, foi um procedimento democrático dentro das normas. Contudo, a contradição também reside na interpretação do jornal, que oculta as práticas golpistas exercidas pelo governo Temer para se manter no poder: a forte repressão às manifestações, as reformas políticas e econômicas que afetam diretamente os direitos sociais e as negociações com parlamentares para obter apoio e prejudicar operações de investigação.

Cabe destacar também a interpretação superficial que *O Estado de S. Paulo* realiza sobre a diplomacia dos governos Lula e Dilma em relação à Venezuela: tenta-se ideologizar a orientação diplomática desses governos, porém deixa-se em segundo plano que ideologia é, em última instância, uma visão de mundo e, portanto, toda prática possui uma vertente ideológica, seja de direita, seja de esquerda. Ademais, a aproximação com a Venezuela também é carregada de interesses econômicos e comerciais importantes que foram ignorados pelo jornal.

Nova Lei de Migração brasileira

No dia 5 de maio, o editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* abordou a nova Lei de Migração e as polêmicas decorrentes das alterações em relação à sua antiga versão, representada pelo Estatuto do Estrangeiro. Segundo o jornal, a nova lei passa a tratar o migrante do ponto de vista dos Direitos Humanos, destacando a possível contribuição daqueles para o desenvolvimento socioeconômico do país, em detrimento da antiga perspectiva baseada na política de segurança nacional, elaborada durante o regime militar. De acordo com o editorial, a nova Lei desburocratiza as exigências para o ingresso de imigrantes, coíbe a xenofobia, proíbe a deportação imediata de imigrantes



Observatório de Política Exterior do Brasil

detidos na fronteira, permite que possam tirar carteira de trabalho e obter empregos na economia formal e impede a perda da liberdade daqueles que possam estar em situação irregular. Para o jornal, embora houvesse a necessidade de atualização do Estatuto do Estrangeiro, a nova Lei é caracterizada por um excesso de leniência na definição das regras de entrada de estrangeiros e na concessão de asilo. Nesse sentido, o periódico aponta que, ainda que a atualização abarque mudanças importantes, há um prejuízo do controle migratório e da vigilância das fronteiras, o que pode gerar consequências negativas para o país, especialmente em um contexto no qual os demais países fazem o caminho inverso.

No editorial, é nítida a visão do jornal de que a nova Lei pode surtir um efeito negativo, ao conceder mais direitos aos imigrantes. Percebe-se a permanência de uma visão destes como possível fonte de ameaça, especialmente na atual conjuntura, em que muitos países retomam o discurso do imigrante como um problema econômico e social. Contudo, o jornal ignora o fato de que essas pessoas não são causa, mas consequência de processos globais que as expulsam de suas origens: a má distribuição dos bens e riquezas produzidos pelo estágio da economia nos últimos vinte anos, juntamente com intervenções militares que acabam aprofundando os conflitos e privilegiando interesses externos. Nesse sentido, do ponto de vista dos Direitos Humanos, a percepção do imigrante como ameaça aprofunda ainda mais os problemas que estes já enfrentam. Por outro lado, essa percepção também ignora o potencial dessas pessoas para a economia do país: como consta no próprio editorial, a atualização se baseou na contribuição para o desenvolvimento socioeconômico do país. Cabe lembrar que, nos últimos anos, o Brasil recebeu um número maior de imigrantes e, portanto, mantê-los em condição de irregularidade não é interessante nem para estes, nem para o país.

Referências bibliográficas:

Chavistas preparam golpe com Constituinte “cidadã”. **Valor Econômico**. São Paulo, 04 mai. 2017. Editorial.



Observatório de Política Exterior do Brasil

Estupidez Chavista. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 06 mai. 2017. Editorial.

A Lei da Migração. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 05 mai 2017. Notas e Informações.

A noção petista de democracia. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 8 mai. 2017. Notas e Informações.